

A concepção de gestores, professores e alunos da educação básica acerca do conceito de cidadania ¹

Rogério dos Santos Silva²
Dra. Divaneide Lira Lima Paixão³
Dra. Ranilce Guimaraes Iosif⁴

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a concepção de gestores, professores e alunos da educação básica acerca do conceito de cidadania e os desafios de se educar para cidadania e descrever as atividades pedagógicas presentes nas escolas investigadas. Pesquisa de cunho qualitativo, cuja coleta de dados se deu por meio da aplicação de questionários em duas escolas públicas, uma situada no Distrito Federal e outra localizada na cidade do Entorno do DF. A análise dos dados dos alunos se deu com ajuda do software Alceste. Os dados foram interpretados a partir de uma aproximação aos postulados de Bardin, acerca da clássica técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam que os participantes têm uma visão limitada da cidadania, entendendo-a basicamente como direitos e deveres. Também fica claro que gestores, professores e alunos apontam a melhoria das escolas e da qualidade da educação.

Palavras chaves: Cidadania; Educação Básica; Escola Pública.

THE DESIGN MANAGERS, TEACHERS AND STUDENTS OF BASIC EDUCATION ABOUT THE CONCEPT OF CITIZENSHIP

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the design managers, teachers and students of basic education about the concept of citizenship and the challenges of educating for citizenship and describe the pedagogical activities present in the investigated schools. Qualitative research, which data collection was through the use of questionnaires in two public schools, one located in the Federal District and the other located in the city of the DF and surrounding areas. The analysis of data from students occurred with help from Alceste software. The data were interpreted from an approach to the postulates of Bardin, about the classic technique of content analysis. The results show that participants have a limited view of citizenship, understanding it primarily as

¹Este trabalho integra a Pesquisa Política e Governança Educacional para a Cidadania no Brasil: desafios democráticos e emancipatórios, coordenada pela professora Dra. Ranilce Guimaraes-Iosif e da qual a Profa. Dra. Divaneide Lira Lima Paixão, orientadora deste trabalho, é membro.

² Pedagogo, Universidade Católica de Brasília. Contato: rogerdf86@gmail.com

³ Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Católica de Brasília. Assessora Plena da Área de Missão da União Marista do Brasil. Contato: divaneide@ucb.br

⁴ Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, Universidade Católica de Brasília. Adjunct Assistant Professor with the Department of Educational Policy Studies and Research Fellow with the Centre for Global Citizenship Education & Research (CGCER), University of Alberta, Canadá. Contato: ranilce@ucb.br

rights and duties. It is also clear that managers, teachers and students point out the improvement of schools and the quality of education.

Keywords: Citizenship; Basic Education; Public School.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão do conceito de cidadania surgiu entre os séculos VIII e VII a. C., tendo sua origem ligada ao desenvolvimento da *polis*, na Grécia, conforme indica Covre (1998). Segundo esta autora, na *polis* os cidadãos podiam participar, argumentar, dar opiniões sobre os assuntos da cidade, mas eles se constituíam em uma minoria ligada às famílias nobres. Foi o avanço no setor econômico que promoveu alargamento da participação política na antiga Grécia, tal como observa Cardoso (1985), embora essa participação acontecesse de forma ainda muito tímida.

Somente na chamada era moderna é que o conceito de cidadania, no que compete o seu ideal de igualdade entre os homens, foi efetivamente retomado, quando avanços no campo da técnica e da política provocaram mudanças e influenciaram os direitos e deveres dos cidadãos, é o que pondera Dornelles (2005). Mas esse autor observa que tais mudanças só foram possíveis em função das lutas sociais observadas em diversos países. Ao longo dos séculos XIX e XX essas lutas são responsáveis pela forma como o conceito de cidadania é compreendido nos dias de hoje.

De acordo com Marshall (1967, *apud* PAIXÃO, 2008) para entender o conceito de cidadania é preciso atentar para os direitos civis e sociais, colocando a cidadania também no campo jurídico e moral. Para o autor a cidadania pode ser entendida como participação total do indivíduo na comunidade política. Marshall descreveu o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra, relacionando os direitos civis ao século XVIII, os direitos políticos ao século XIX e os direitos sociais ao século XX. Para que a cidadania funcione é necessário que as pessoas tenham uma relação Estado-nação, nessa perspectiva Arroyo (2009) contempla que a cidadania é feita pela participação política que passa pelo aprimoramento das instituições de representação e participação.

Coutinho (1997), ao analisar o desenvolvimento da cidadania no Brasil considera que os direitos de cidadania no Brasil tem origem nas lutas dos trabalhadores. Já Chauí (1994) afirma que no Brasil a cidadania tem sido regalia de classe, garantida por um consentimento periódico da classe dominante às demais classes sociais. Essa regalia que pode ser retirada quando os dominantes assim o decidem é sempre apresentada como sendo uma concessão do Estado.

Paixão (2008) observa que a Era Vargas se enquadra bem nesse delineamento apresentado por Chauí, já que nessa época, houve um avanço nos direitos de cidadania pela regulamentação das relações entre trabalho e produção, com a garantia de direitos sociais, mas ao mesmo tempo houve um mecanismo que impediu a organização autônoma dos trabalhadores. Cardoso de Oliveira (2002) analisa que nessa época os trabalhadores deveriam apresentar suas carteiras de trabalho para terem acesso aos serviços ou para que suas demandas fossem processadas.

No campo da Educação vale chamar atenção para o fato de que, no Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013) enfatizam que a cidadania é concebida como forma de socializar as pessoas de acordo com valores e padrões culturais e ético-morais da sociedade e como meio de difundir de forma sistemática os conhecimentos científicos construídos pela humanidade.

O Brasil possui mais de 13 milhões de pessoas com mais de 15 anos que não estão alfabetizadas e um terço das pessoas ocupadas no Brasil não terminaram o Ensino fundamental ou nem sequer têm algum nível de instrução. Esses dados divulgados em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o Brasil está longe de ter políticas públicas de educação que funcionem e melhorem a capacidade de participação do cidadão na defesa de seus direitos. A constituição de 1988 (BRASIL, 1988) em seu artigo 205 prevê que “a educação será direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, esse é o principal mandamento das instituições de ensino no Brasil.

Para Gonçalves (2012, p. 16) “a educação é frequentemente apontada como um dos caminhos possíveis para se combater os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais”. Sendo assim, este estudo se justifica por buscar compreender, ainda que de modo preliminar, a relação entre educação e cidadania na prática cotidiana das escolas e pela certeza de que é importante educar para cidadania, já que cidadãos bem preparados para exercer os seus direitos podem ser responsáveis por transformar vidas.

Por tudo isso, o objetivo deste trabalho foi analisar a concepção de gestores, professores e alunos da educação básica acerca do conceito de cidadania e descrever as atividades pedagógicas presentes nas escolas campo de pesquisa. Buscou-se a partir dos dados construídos no contato com os participantes, discutir a oferta de uma educação capaz de preparar os educandos para o exercício pleno de sua cidadania.

O estudo se justifica por buscar contribuir com o debate sobre as concepções e práticas de cidadania presentes nas escolas, o que pode ajudar nas discussões acerca das políticas públicas de educação.

1.1 A Cidadania: outras considerações

Podemos pensar na cidadania do ponto de vista civil, político e social. A cidadania civil, foi a primeira a surgir, diz respeito ao direito de ir e vir, ao direito de ter fé, pensar livremente, ao direito de liberdade e ao direito de trabalhar. Segundo Marshall (2002) esse foi o primeiro conceito de cidadania que existiu. Seguindo a linha de raciocínio de Marshall, a cidadania civil surgiu no século XVIII, a cidadania política veio logo no século XIX, com os direitos de votar e ser votado. É fato que o direito social sempre caminhou com os outros direitos, mas apenas ganhou força no Brasil na década de 80 com os movimentos sociais. Os direitos sociais os direitos à educação, à saúde, a um salário justo, à segurança, ao bem estar, e o lazer.

A cidadania também pode ser pensada individualmente ou coletivamente. Individualmente quando o cidadão começa a ter direitos políticos e civis, com isso se estabelece que todo cidadão têm direito a liberdade de autonomia, respeito e direito de voto como expressão de sua opinião, por exemplo. Gohn (1995) pressupõe que a cidadania individual precise de um ente mediador que atue como árbitro na sociedade, esse ente é o Estado, o poder público, “portanto, o que se destaca na cidadania individual é a dimensão civil da luta pelos direitos civis e político”. O outro tipo de cidadania é a coletiva, ela defende o direito social e cultural, é aí que entram os movimentos sociais, movimentos que explodiram a partir dos anos 80. Para Gohn (1995, p. 196) a cidadania coletiva “privilegia a dimensão sociocultural, reivindica direitos sob forma da concessão de bens e serviços, reivindica espaços sociopolíticos sem que para isto tenha de se homogeneizar e perder sua identidade cultural”.

A história da cidadania no Brasil se mistura com as lutas sociais, portanto, a cidadania se torna inseparável dos movimentos sociais, movimentos que marcam a história do Brasil seja pelos direitos políticos ou por melhorias sociais, ou por terras, movimentos por direitos à educação, entre outros. Um dos grandes ganhos que esses movimentos tiveram na década de 80 foi a implantação da constituição de 1988 que foi denominada de constituição cidadã pelo então presidente Ulysses Guimarães.

Uma constituição que fez com que toda sociedade brasileira tivesse esperança em mudanças, mudanças que pouco ocorreram. Ser cidadão e cobrar e participar. Mas para que

algo mude é necessário que o cidadão ande junto com o Estado, sugerindo ações, participando delas e cobrando resultados positivos.

1.2 Cidadania e Políticas Públicas: as influências de organismos internacionais

Para que haja implementação das políticas voltada para educação é necessário que os entes federativos, os Estados e os municípios levem adiante os projetos, mas para Cury (1989) os entes federativos nutrem-se de uma capacidade financeira, que acaba afetando a administração das políticas. Assim, elas ficam à mercê de influências internacionais e acabam mudando seu foco e se transformam em políticas neoliberais do capital humano. Para Shultz (2012) “em todo o mundo, percebemos políticas educacionais nacionais que são unidirecionalmente dirigidas por normas de políticas globais e pelos valores de mercado” (p. 32).

Em tempos de globalização neoliberal as nações ainda estão passando por um processo de competitividade, elas estão investindo em políticas educacionais para formação de mão de obra especializada capaz de aumentar a economia do país. Para Roger Dale (2010, p. 43) “o estado competidor apenas muda o papel do Estado nas suas prioridades relativas a cada um dos três problemas centrais que tem caracterizado o mandato para a educação nas sociedades capitalista democrática”. Instituições como Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) são influenciadores na formulação de políticas que as tornam um sistema de mercado global.

Entre as metas presentes no novo Plano Nacional de Educação (PNE) que tramita no senado estão: conquistar melhores posições no ranking internacional da educação, a universalização do ensino básico e superior, a erradicação do analfabetismo, a melhoria na qualidade de ensino. Com o novo PNE, o Brasil tenta melhorar suas notas nas avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e principalmente do PISA. Na última prova o Brasil melhorou em suas posições, porém não o suficiente pra demonstrar qualidade educacional perante os 65 países que integram o grupo da OCDE, sua ultima avaliação nas provas do PISA o país ficou na posição 53º nas provas de leitura e ciências e 57º em matemática. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. 2012)

Outra meta importante do novo PNE é universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a

taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%. Cerca de 1.5 milhão de adolescentes estão fora da escola.

1.3 Como a escola se constitui para o desenvolvimento da cidadania

A escola é um lugar de acolhimento das várias crenças, etnias e diferenças. Ela deve atender a um grupo de crianças e adolescente em que não se define aspectos sociais e culturas. Neves (2013) aponta que um dos papéis da escola nos dias de hoje é o de compreender e influenciar a formação dos estudantes nos ambientes educacionais, a fim de se estimular uma concepção para a vida, com uma nova consciência. É fundamental que a educação garanta aos alunos o pleno favorecimento de valores no seu processo de educação para cidadania.

Cidadania não se aprende nos livros, ela é construída no dia a dia, na convivência social do aluno. A escola tem o compromisso de conscientizar o aluno e prepará-lo para essa convivência. Manhas (2012) fala que um dos papéis da escola é mostrar a cada pessoa o quanto ela é ativa na construção da história de sua comunidade e que ela constitui a teia que forma e humaniza a sociedade.

Muller (2008) aponta a escola como o espaço legítimo de socialização, a sociedade contemporânea apresenta diferentes desafios e possibilidades para as crianças. É na escola que a criança irá chegar a maturidade. Muito antes de Muller, Durkheim (1973) sinalizava que a educação tem por finalidade promover não apenas a socialização, mas também as habilidades físicas, intelectuais e morais.

Para Gadotti (1992) e Guimarães-Losif (2009) um dos desafios que a escola tem é de oferecer uma educação de qualidade para todos e ao mesmo tempo, respeitar a diversidade local. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), os alunos precisam trabalhar o seu lado cidadão conhecendo seus direitos e utilizando a cultura. Para isto, é necessário que os alunos tenham contato com esportes, música, teatro, leituras, pesquisas, brincadeiras, jogos, conhecimentos que ajudam os alunos a ter e fazer uma crítica dos valores sociais.

A escola deve ser um espaço aberto para todos da comunidade, pois é nela que se estabelece a prática da cidadania, troca de conhecimentos, discussões, o saber pensar se desenvolve na escola. Demo (1941) fala que o centro da cidadania é saber pensar. Para ele, saber pensar comparece como estratégia metodológica, habilidade de aprender, gestação da consciência crítica, e isto faz parte do conceito de cidadania.

2. METODOLOGIA

Nesta pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa cuja preocupação com a interpretação e não a mera descrição dos resultados obtidos esteve presente em todo o trabalho. A pesquisa qualitativa corresponde a um processo de reflexão e análise da realidade, permitindo a compreensão detalhada do objeto pesquisado em seu contexto. Para Ludke (1986) a “pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” ele enfatiza que o pesquisador deve se preocupar com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.

2.1 Instrumentos:

Como instrumento para construção dos dados da pesquisa utilizou-se o questionário.. Optou-se pelo questionário porque, segundo Gil (1991) ele implica menores gastos, garante o anonimato das respostas e possibilita atingir grande número de pessoas. O questionário elaborado para esta pesquisa tinha 8 perguntas para os alunos e 7 perguntas para os gestores e professores, todas as perguntas foram abertas. As questões abertas permitem a liberdade de respostas dos participantes e nelas pode ser utilizada a linguagem própria do respondente.

2.2 Participantes:

Participaram os alunos matriculados no 3º ano do ensino médio, além de gestores e professores desse nível de ensino em duas escolas públicas. No total foram 32 estudantes, 6 professores e 2 gestores. Dos 32 estudantes, 16 eram do gênero masculino e 18, do feminino. Deste total de estudantes, 21 têm idade de até 17 anos, 11 alunos têm entre 18 e 20 anos. Sobre a renda mensal da família, 17 alunos não responderam a questão, 7 informaram ter uma renda de até R\$ 500,00, 6 alunos disseram ter renda de R\$ 500 a 1.000, e 2 alunos responderam que a renda é de R\$ 1.000 a R\$ 3.000. Quanto a ocupação, 22 dos alunos que participaram da pesquisa não responderam a questão e 9 alunos realizam algum tipo de trabalho remunerado.

O grupo de professores e gestores é formado por 8 participantes, sendo 4 homens e 4 mulheres. Entre os participantes 3 deles dizem ter uma renda de R\$ 2.000 a R\$ 3.500, outros 5 citaram ter uma renda superior a R\$ 5.000. Quando questionados sobre o tempo de magistério, 2 disseram ter entre 8 e 9 anos de magistério, 1 tem 16 anos de magistério, 1 tem 22 anos de magistério, 2 deles tem 27 anos e 1 informou que tem 50 anos de magistério.

2.3 Local:

A pesquisa foi realizada em duas escolas, uma delas situada no entorno de Brasília, na cidade de Águas Lindas de Goiás(escola 1). Esta escola não possui terreno próprio, é alugado pelo governo. A escola funciona em um galpão que possui 16 salas de aulas, quatro banheiros, cantina, sala de professores, secretaria e sala dos vigilantes, a direção funciona na sala dos professores. A escola atende o ensino fundamental e o ensino médio. Quando foi solicitado o projeto político pedagógico da escola, um dos gestores da escola informou que não era possível a análise de tal documento, pois, o PPP da escola não estava disponível na escola.

A outra escola participante da pesquisa situa-se na região administrativa de Ceilândia, no Distrito Federal (escola 2). A escola atende aos alunos do ensino médio em três turnos. Junto à escola funcionam, provisoriamente, algumas salas da Universidade de Brasília (UnB), a escola é imensa, possui quadra de esporte, cantina, teatro, mas de 20 salas de aula, direção, secretaria, apoio pedagógico, entre outros ambientes. Quando solicitado o projeto político pedagógico, o vice-diretor respondeu que passaria por email, porém, o que ele encaminhou foi uma lista com regras a serem cumpridas pelos alunos em sala de aula.

2.4 Procedimentos de análise:

Para análise de dados do questionário dos alunos foi feito o uso do software ALCESTE. Este *software* foi criado na França, em 1979, por Max Reinert. O programa disponibiliza para análise uma série de procedimentos estatísticos aplicados a bancos de dados textuais, no caso desta pesquisa, foi utilizado o questionário para criação do banco de dados.

Para proceder com a análise o *software* fornece uma quantidade de classes que resulta da análise do corpus. Cada classe acompanha suas formas reduzidas de palavras, o contexto semântico e as Unidade de Contexto Elementar de cada classe (UCE's). O *software* faz sua análise, mas cabe ao pesquisador denominar e interpretar cada classe. Silveira (2009) afirma que “O pesquisador tem que mostrar um domínio prévio para que o foco de sua pesquisa seja alcançado na análise dos dados obtidos pelo ACELSTE” (p. 214) Assim, o nome de cada classe é atribuído em função dos discursos que representam cada classe.

3. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

3.1 Dos questionários dos alunos

Para a análise dos dados dos alunos, o corpus foi preparado e analisado pelo *software* ALCESTE, que detectou 5.394 palavras. Destas, 730 apresentaram formas distintas. A análise do programa encontrou 2 eixos e quatro classes entre o discurso analisado, sendo que 45% das unidades textuais foram aproveitadas pelo programa.

A figura 1, a seguir, representa a quantidade de UCEs em cada uma das classes e seus valores percentuais em relação ao total do corpus.

A figura 2 representa a árvore de classificação descendente e mostra os Eixos e suas Classes.

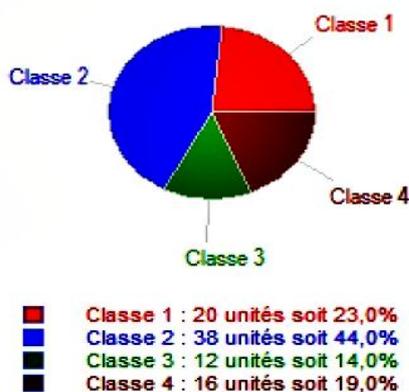


Figura 1 - Distribuição de Unidades de Classes

Fonte: Relatório detalhado do Alceste: Resultados gerais.

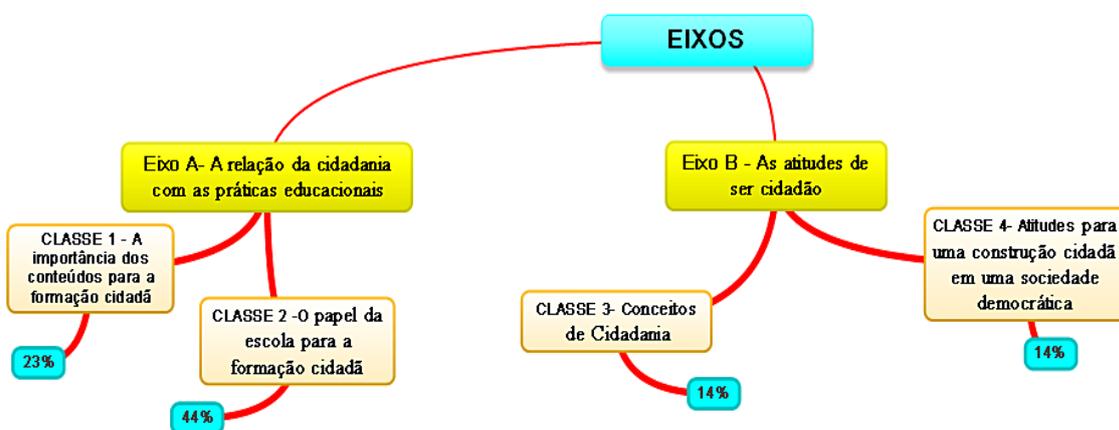


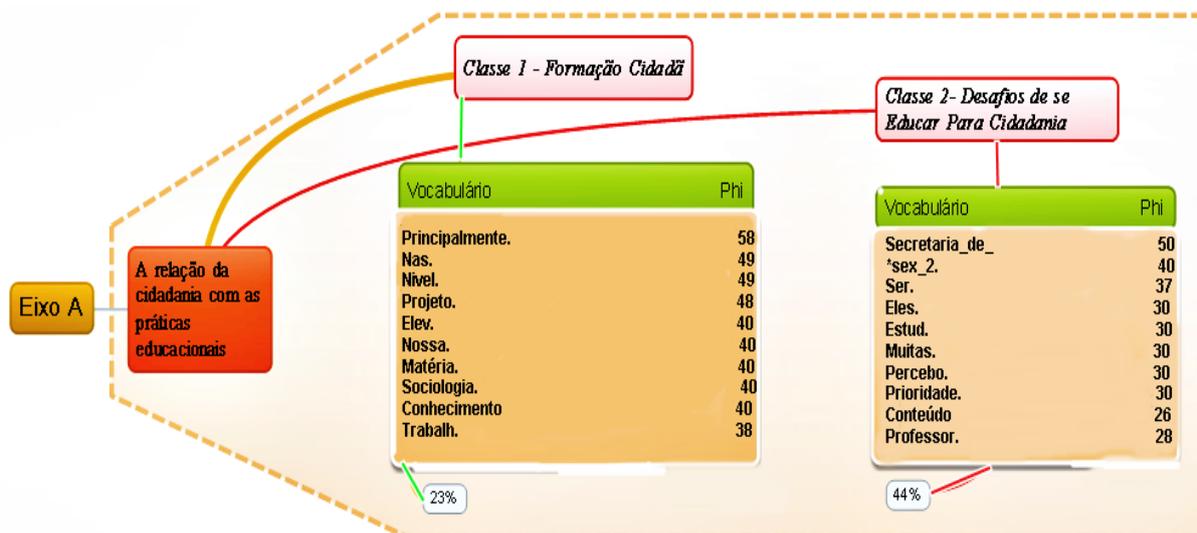
Figura 2 - Árvore de Classificação Descendente.

Fonte: Relatório detalhado do Alceste: Resultados gerais

O eixo A aborda a relação da cidadania com as práticas educacionais, este eixo é constituído pelas classes 1 e 2, ambas representam o discurso dos alunos do 3º ano do ensino médio acerca da concepção da cidadania no ambiente escolar. Os alunos que se encaixam nesse eixo compreendem que os conteúdos que são ensinados a eles são importantes para o exercício pleno da cidadania e que os professores são uma ferramenta importante para a formação cidadã.

O eixo B é representando pelas classes 3 e 4 e aborda os desafios das políticas educacionais em uma construção do ser cidadão, em suas classes os alunos trazem um discurso voltado para o conceito de cidadania e as atitudes de um ser cidadão. Os dois eixos têm suas particularidades, enquanto no Eixo A aparecem mais verbalizações sobre as práticas pedagógicas, o Eixo B representa o discurso sobre as políticas públicas e o papel do ser cidadão. A classe 2 do eixo A tem maior representatividade do corpus com 44,0%. Esta classe critica o papel da escola para formação da cidadania. Para melhor identificação das falas dos sujeitos, os alunos foram classificados de 1 ao 16 para escola 1 e de 17 a 32 para escola 2.

Figura 3 – Eixo A, suas classes e as palavras mais representativas de cada uma delas.



A Figura 3 mostra as 10 palavras mais representativas das classes 1 e 2. A Classe 1 representa 23% do corpus da pesquisa e as palavras apresentadas são aquelas que têm maior peso no discurso. Nesta classe fica claro o entendimento dos alunos de que a prática educacional está interligada com a formação para cidadania. Compreende-se que os sujeitos da classe 1 têm certa noção do que é o papel da escola em suas formações. Os alunos entendem que a escola tem um papel no processo de ensino e aprendizagem que os orienta para uma ação cidadã. De fato para Leite (1989), a escola tem um papel decisivo no processo de formação da cidadania, principalmente para os alunos oriundos dos setores mais pobres da sociedade. De acordo com a constituição de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a educação é um direito de todos. O Estado e a família são responsáveis por essa formação do sujeito, tal como consta no artigo 2º da LDB:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade e pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, BRASIL, 1996).

Atualmente apenas 54,4% dos jovens estão matriculados no ensino médio, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/Pnad) (BRASIL, 2012), número que levou o Plano Nacional de Educação (PNE/BRASIL, 2012) a estabelecer como uma das metas que a educação em nível nacional deve universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%, no entanto, o Estado falha em uma oferta de uma educação com qualidade.

Para Guimarães-Iosif (2009) o Plano Nacional de Educação anteriormente elaborado não alcançou as dimensões necessárias na sociedade, talvez devido aos cortes que sofreu durante seu processo de aprovação, principalmente, no que se refere à

redução das verbas a serem destinadas para lidar com os problemas da educação brasileira.

Evidencia-se, na classe 1, que os alunos acreditam que as matérias de sociologia e filosofia buscam desenvolver um trabalho voltado para a cidadania, como podemos observar nas falas a seguir, quando lhes foi perguntado sobre as disciplinas nas quais se percebe um trabalho voltado para o desenvolvimento da cidadania:

(...) Através de conteúdos passados. Principalmente sociologia e filosofia. (Aluna 21, 18 anos. Escola 2),

(...) A matéria de sociologia tem projeto que ajuda a desenvolver a formação cidadã.(Aluno 12, 17 anos. Escola 2)

(...) Principalmente nas matérias humanas. (Aluno20, 17 anos. Escola2)

Nota-se que os alunos associam os conteúdos explorados pelos professores de sociologia e filosofia àqueles que ajudam a entender e a exercer a cidadania plena. É evidente que a matéria de Sociologia incorpora as discussões sobre cidadania, já que ela é uma ciência que explica os conceitos sociais. Além do mais, a Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio, a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio, embora este conteúdo deva ser trabalhado por todas as matérias porque ele ajuda a formar o ser humano integralmente. Uma das competências e habilidades da matéria de sociologia é “construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos”. (KLEIN, 2006. p.3).

A LDB,Lei nº 9.394/96, no artigo 36, determina que ao final do ensino médio o estudante deve “dominar os conteúdos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”, no artigo 35, inciso III postula que “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” e torna evidente que entre as habilidades

pleiteadas pela disciplina de filosofia é a de tornar o estudante um ser crítico. Outro documento que rege a educação para ensino médio completa:

Uma vez que é possível formar cidadãos sem a contribuição formal da Filosofia, seria certamente um erro pensar que a ela, exclusivamente, caberia tal papel, como se fosse a única disciplina capaz de fazê-lo, como se às outras disciplinas coubesse o ensinamento de conhecimentos técnicos e a ela o papel de formar para uma leitura crítica da realidade (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO, 2006. p.26)

A finalidade do ensino médio é ensinar o exercício pleno da cidadania, portanto, as disciplinas de Sociologia e Filosofia não podem sozinhas, desenvolver essas competências. Para isso precisa-se que todas as matérias se comprometam para que a autonomia e consciência crítica sejam desenvolvidas no estudante.

A palavra ‘projeto’ também se destaca no discurso que compõe esta classe. Ainda que muitos alunos sinalizem que são as disciplinas de Filosofia e Sociologia as responsáveis pelo trabalho voltado para a cidadania, eles não conseguem identificar, em suas escolas, algum tipo de projeto que seja direcionado para o estudo da cidadania. Grande parte dos participantes respondeu que não sabe ou cita a palavra projetos pedagógicos, como podemos observar a seguir:

Através de projetos pedagógicos (...) (Aluna 12, 18anos. Escola 1)

Projetos para uma boa educação. (Aluna 25, 20 anos. Escola 2)

Nogueira (2008) enfatiza que é necessário que a escola tenha projetos. O projeto está relacionado na maioria das vezes a um sonho, uma necessidade, uma vontade expressa pelos professores, alunos, pais. Para este autor, os projetos ajudam os alunos a não se sentirem perdidos no processo de desenvolvimento da autonomia.

Em síntese, na classe 1, estão reunidos os discursos mais informativos que se referem, principalmente a duas questões feitas aos estudantes: a primeira questão era se

os conteúdos explorados pelos professores os ajudam a exercer a cidadania plena? E a segunda questão, perguntava como os alunos percebem a educação para cidadania em sua escola. As falas aqui apreendidas sinalizam que nesse *nível* de ensino e *principalmente nas matérias* de *sociologia* e Filosofia que o *conhecimento* sobre cidadania é *trabalhado e elevado* nas escolas campo da pesquisa. Mostra também que para estes alunos não é fácil perceber um *projeto* específico que discuta mais pormenorizadamente as questões relativas à cidadania, provavelmente porque projetos dessa natureza não costumam mesmo figurar em nossas escolas.

A classe 2 representa 44,0% do corpus analisado. Os discursos que compõem esta classe revelam um cunho mais crítico apresentado por alguns alunos que parecem estar insatisfeitos com o papel da escola para a formação cidadão.

Conforme as verbalizações presentes na classe 2, esse grupo de alunos entende que a grande dificuldade para se ensinar para cidadania é a própria formação docente. Tal como podemos conferir abaixo:

Percebo que vem muito da parte dos professores. (Aluna 23, 17 anos. Escola 2)

Melhoria nas escolas, boa formação de professores. (Aluna 2, 17 anos. Escola 1)

Os professores tentam passar alguns aprendizados de cidadania, mas não abordam o tema profundamente. (Aluna 22, 18 anos. Escola 2)

Estas alunas entendem que os professores precisam de uma boa formação para que possam ensinar os conteúdos de acordo com a realidade social. Para muitos, o professor é aquele que dá aulas, ensina os conteúdos e aplica prova, mas ser professor vai além disso.

Para Pellegrin (2005, p. 9) “faz-se necessário entender a formação do professor para o desenvolvimento das competências, o que exige a qualificação, a valorização profissional, condições materiais mínimas, políticas adequadas, gestão democrática”, além de atenção ao contexto em que o professor vive.

Educar é fazer com que seus alunos sejam agentes de suas próprias mudanças, para isso o professor precisa provocar seu aluno, fazer dele um pesquisador. Freire (1984) e Pellegrin (2005) acreditam que um novo modelo curricular seja necessário para mudar a educação no país. Desafiar os alunos com pesquisa é necessário para desenvolver suas habilidades críticas, Freire (1987) fala que não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esse é um grande desafio que a educação nacional tem: preparar melhor seus professores com uma formação continuada tanto na teoria como na prática, fazer de seus professores pesquisadores e implantar no currículo educacional a pesquisa para crianças e jovens na educação básica.

Além disso, os participantes desta classe acreditam que a Secretaria de Educação é responsável pelos conteúdos que eles estudam. Como podemos observar nas falas seguintes:

Acho que os conteúdos vêm da Secretaria de Educação (aluna 23, 17 anos. Escola 2)

A Secretaria de Educação, pois eles mandam os livros com todo o conteúdo para a escola (Aluna 9, 17 anos. Escola 1)

Para mim quem os determina e os professores e a Secretaria de Educação (Aluna 2, 19 anos. Escola 1).

A Secretaria de Educação não é responsável pelo conteúdo que é ensinado nas escolas. A Secretaria de Educação zela pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. Os documentos que regem a educação são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o PNE, que é atualizado a cada 10 anos. . Quem especifica os currículos escolares são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). No entanto, em 1990, o Brasil participou da conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtiem, na Tailândia, que foi convocada pela UNESCO, O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. Foi esta conferência que resultou na criação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). A partir daí que surgiram os PCN's que nasceram da necessidade de oferecer a toda população brasileira

uma educação de qualidade, independentemente da religião, etnia, gênero, região de origem ou da classe social. Os PCN's são produzidos com base em quatro alicerces primordiais para a educação que é: Aprender conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver juntos e Aprender a ser. A construção das políticas educacionais no Brasil sofre forte influência desses órgãos internacionais desde a década de 90.

O impacto das políticas educacionais globais acaba influenciando o conteúdo que é estabelecido pelas políticas públicas brasileiras. Para Shultz “instituições globais, tais como o Banco Mundial, UNESCO e OCDE, nomeiam a educação formal como a instituição chave para provocar as mudanças necessárias na sociedade” (SHULTZ, 2012. p.28).

Para Guimarães-Losif (2009) o currículo escolar da escola pública brasileira está ultrapassado, pois as escolas formam alunos com uma visão extremamente limitada e descontextualizada dos problemas que afetam o mundo.

De fato, a escola falha nessa oferta para cidadania quando prioriza as metas de avaliações internacionais, como o PISA. O PISA tem o objetivo de avaliar os estudantes e examiná-lo com provas que envolvem três áreas de competência escolar, com isso, os dados coletados servem para transformar as políticas educacionais, públicas e econômicas.

Outro fato importante nesta classe é a crítica feita à escola por não dar prioridade na formação dos alunos para o mercado de trabalho e para a universidade

A escola deve preparar-nos para um bom cargo, e nos preparar para os concursos e para a faculdade (Aluna 9, 17 anos. Escola 2).

A prioridade é que os alunos do ensino médio quando chegar ao término de seus estudos, já estejam preparados para a faculdade. (Aluna 27, 18 anos. Escola 2)

Como podemos observar os alunos enxergam na educação um caminho fácil para ter oportunidades de um bom emprego e acesso ao ensino superior. A LDB confere caráter de norma legal à condição do Ensino Médio como parte da Educação Básica, quando, por meio do Art. 21, estabelece: “tem por finalidades desenvolver o educando,

assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art.22, Lei nº 9.394/96).

Para Corti (2007) é dever da escola, como um espaço dedicado à formação e preparação dos jovens, reconhecer a necessidade do trabalho em suas vidas e ajudá-los a compreenderem o funcionamento do “mundo do trabalho” atual, bem como apoiá-los para que tenham mais chances de nele se inserir, permanecer e progredir.

Na classe 2 estão reunidos os discursos mais informativos que se referem as seguintes questões levantadas aos estudantes: “Quem você acha que determina os conteúdos que você estuda?” E, “Em sua opinião quais as maiores prioridades e desafios das políticas educacionais hoje?” As falas aqui apresentadas sinalizam que os alunos acreditam que os *conteúdos* que *eles estudam* vem da *secretaria de educação*. Os alunos *percebem* que os *professores tem um papel de prioridade* na formação deles. Esse eixo mostra também que esta classe é representada, em sua maioria, pelo sexo feminino (*sex_2*).

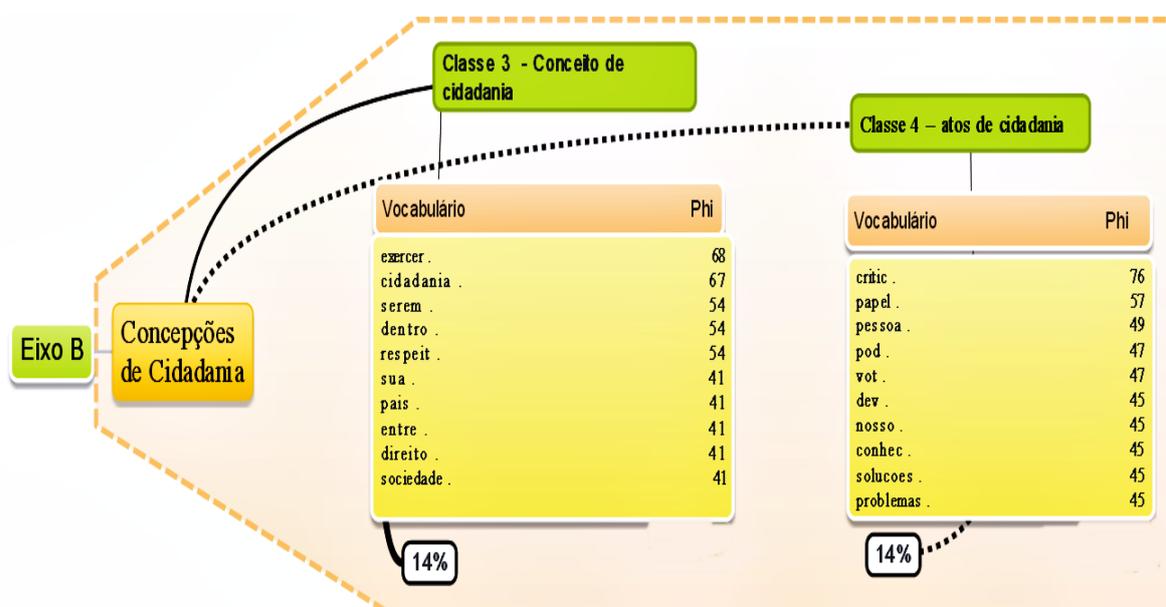


Figura 4 – Eixo B, suas classes e as palavras mais representativas de cada uma delas.

A Figura 4 mostra o eixo B e as classes que o compõem, classes 3 e 4. Estas representam o discurso dos alunos sobre suas concepções de cidadania. As classes 3 e 4 têm como denominador comum a criticidade na forma de pensar dos alunos. O eixo B representa 28% do corpus.

Os alunos reunidos na classe 3 apresentam uma compreensão melhor do conceito de cidadania. Conclusão feita após análise das palavras agrupadas nessa classe a partir das UCE's, que representam 14.0% do corpus. Um estudante sugere aqui que a sociedade tem que se atentar a exercer seu papel cidadão e não ficar preocupado apenas com a política, conforme a seguinte fala:

Cidadania não é apenas se preocupar com as questões políticas e sim, com tudo que acontecem dentro da sua comunidade, região e país (Aluno 20, 17 anos. Escola 2).

O pensamento aristotélico acredita que a cidadania se aplica ao exercício da atividade política. Para Aristóteles, ser cidadão significa poder governar e ser governado. A política é o centro onde tudo acontece, sem ela não há uma construção social. Assim também entende Pedro Demo (1941), para quem a conquista da autonomia e da construção social é necessária para superar a pobreza política.

Felizmente, a maioria dos alunos que representam esta classe apresentam clareza de que para o exercício da cidadania acontecer é necessário que eles tenham uma participação política, isso fica evidenciado nas seguintes falas:

Votar limpo, se adequar as normas corretas, participar politicamente, argumentar corretamente, cumprir com deveres e buscar seus direitos. (Aluna 19, 18 anos. Escola 2)

É exercer e respeitar seus direitos e deveres na sociedade (Aluno 18, 18 anos. Escola 2).

Essas verbalizações deixam claro que os professores precisam fazer com que suas atividades fiquem mais próximas da realidade social dos alunos. Para Ferreira (1993) as atividades dos educadores necessitam “envolver aspectos políticos, econômicos e sociais e, mais do que isso, tem uma dimensão ética, cuja legitimidade está ligada a esses fins” (p. 5).

Também para Arroyo (1996) é preciso haver relação entre a educação, a cidadania e a participação política, para que o povo seja considerado elemento participativo das decisões políticas. Para este autor “a cidadania se constrói através de um processo que se dá no interior da prática social e das políticas das classes” (1996, p. 56).

Observa-se que os alunos conceituam o termo cidadania a partir de termos como: exercer, respeito, direito e sociedade. A cidadania é conceituada de diferentes formas por alguns autores, Carvalho (2009), Marshall (2002) e Gonçalves (2012) classificam o termo cidadania associado aos direitos civis, políticos e sociais. Já Arendt (2001) afirma que cidadania é o direito de ter direitos.

Em síntese, na classe 3 estão reunidos os discursos mais informativos capturados pelo Software Alceste com base nas seguintes perguntas feitas aos alunos:

Ao ler a tirinha (Cf figura 5), você concorda que este é o papel do cidadão no dia a dia? Cidadania é apenas um ato político? E para você, o que é ser cidadão?

Figura 5 – Tirinha apresentada aos alunos



As falas apreendidas demonstram que a *cidadania* é conceituada pelos alunos como um *direito* que a *sociedade* tem *dentro* de um *país*. Evidencia-se também, que o

conceito de cidadania para esses alunos é limitado aos termos *respeito* e *direitos*, embora muitos tenham demonstrado a compreensão de que é preciso ter um posicionamento político para atuar como um cidadão.

A classe 4, que também compõe o Eixo B, possui 14 % do corpus e demonstra que os alunos reconhecem os atos para uma construção cidadã em uma sociedade democrática. Podemos observar que os alunos falam do voto como um ato que pode fazer a diferença para soluções políticas:

Nosso papel na sociedade, não é apenas de criticar, mas sim, conhecer a fundo a vida de cada candidato e suas propostas antes de votar, procurar cobrar o que foi prometido e buscar soluções para os problemas não resolvidos. (Aluna 19, 18 anos. Escola 2)

Para mim, as pessoas não conhecem o verdadeiro significado de cidadania. É saber usar seus poderes como cidadão, tanto no voto como outras áreas. (Aluno 4, 17 anos. Escola 1).

Constata-se nas falas acima que o direito político é mais enfatizado na formação desses alunos. Marshall (2002) e Carvalho (2009) já alertavam que para o sujeito ser um cidadão ativo, ele precisa ter uma participação ativa nos seus direitos políticos. Para os dois autores, é fundamental que esses sujeitos sejam dotados de direitos civis, sociais e políticos, e na escola tem que se compreender esses direitos.

Na escola, a construção do conhecimento está a serviço da produção de valores emancipatórios, como diz Redin (1998) esses valores tornam os cidadãos mais libertadores, formadores de sujeitos históricos, críticos e conscientes, capazes de conquistar e exercer a cidadania em uma sociedade. É possível perceber que os alunos acreditam que a escola tem um papel fundamental no seu processo de convívio social, como podemos ver na fala seguinte:

Cidadão é a pessoa que tem deveres e direitos sobre a sociedade num todo e numa maneira de dever, como deve se comportar num certo ambiente, a escola mostra bem isso. (Rapaz, 17 anos)

Sobre um dos papéis da escola Leite (1989, p. 2) afirma que a “escola tem um papel fundamental no desenvolvimento do processo social mais amplo, o espaço intra-escolar será visto como um dos locus prioritários para a ação de grupos e profissionais comprometidos com idéias transformadoras ou revolucionárias.” Um dos grandes objetivos da escola é preparar o aluno para ser um ser crítico.

A palavra com maior representatividade na classe 4 é a palavras “crítica”, os alunos entendem que não se deve criticar a política o tempo todo, e sim agir procurando por seus direitos e soluções de problemas:

Cidadania, não e só falar mal, ou criticar, tem que proporcionar soluções aos problemas que se apresenta na sociedade. (Aluno 12, 17 anos. Escola 1)

O papel de cidadão começa nos deveres de cidadão e não na crítica. (Aluno 30, 17 anos. Escola 2)

Os alunos interpretam o ‘criticar’ como algo negativo, Paulo Freire (1975) relata que não é possível que o sujeito seja autônomo sem sua criticidade, mantendo uma visão ingênua do mundo. Criticar não quer dizer que algo está ruim, ser critico ou criticar é discernir valores de uma pessoa ou das coisas.

Compreender os valores é crucial para exercer a cidadania. Para Rubem Alves (1984, p. 62) “a questão dos valores não é colocada primariamente por uma filosofia humanista nem por uma perspectiva psicologizante. O que está em jogo é a política, a construção de mundos, a ação.”

Apesar de ter vários métodos para dar ao aluno uma autonomia de conhecimentos, a escola não consegue sair do tradicionalismo, é o que afirma Demo (2001). Para ele a escola delimita como papel do professor o ensinar, dar aulas, e como papel do aluno escutar, tomar nota e fazer prova.

A escola com seu tradicionalismo ficará imobilizada em construir ou em tentar mudar uma visão de mundo dos estudantes. Gonçalves (2012) defende que as escolas tenham uma cidadania engajada, cooperativa e dotada de valores e princípios éticos. Para ela, a escola necessita reorientar a visão de mundo dos estudantes. É necessário que a escola tenha uma prática pedagógica diferenciada.

Em síntese, na classe 4, estão reunidos as falas mais representativas que se referem as seguintes questões feitas aos estudantes: Como você percebe a educação para cidadania em sua escola? E, o que é cidadania para você? Os alunos acreditam que uma boa educação pode trazer para eles uma *solução* dos *problemas* gerados pela falta de comprometimento dos políticos. O *voto* representa o *papel* fundamental para acontecer uma democracia.

3.2 Dos questionários dos professores e gestores

Para análise dos questionários respondidos por gestores e professores foram realizadas várias leituras das respostas dadas na intenção de buscar por temas recorrentes. É possível sinalizar que foi feita uma aproximação com os postulados de Bardin (2009) sobre a análise de conteúdo clássica, no qual se propõe uma interpretação das falas produzidas pelos participantes de modo a elencar temas comuns e/ou dissonantes presentes no discurso. Mozzato (2011) entende a análise de conteúdos como um conjunto de técnicas de análise de comunicação, portanto, sua finalidade é ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados.

Responderam ao questionário 1 gestor e 3 professores de cada escola, totalizando 8 participantes. Considerando as falas dos professores e gestores das escolas pesquisadas, percebe-se que três grandes temas foram abordados, a saber: O conceito de cidadania; as atividades desenvolvidas para contribuir com a formação cidadã e as políticas de avaliação da educação básica.

O conceito de cidadania desse grupo ainda revela traços mais presentes no senso comum do que aqueles mais próximos de conceitos científicos tradicionalmente elaborados, como fica claro nas falas a seguir:

É a consciência social individual ou coletiva. (Professora de Português, escola do entorno)

Concepção ligada aos direitos e deveres do indivíduo com a sociedade. (Gestora da escola de Brasília)

Há uma proximidade no pensamento dos professores e dos alunos no que se refere à conceituação de cidadania. Esse fato talvez possa ser explicado com as considerações de Guimarães-Iosif (2009) acerca da formação de professores. Para ela os professores têm se tornado cada vez mais pobres, tanto no aspecto material como no aspecto político.

Essa constatação é preocupante, pois pode colocar em xeque o sucesso do trabalho docente no tocante a esta temática, como afirmam Paixão, Santos e Silva (2013) somente quando os cursos de formação de professores se derem conta de que os educadores têm o poder de proporcionar aprendizados que provoquem mudanças no pensar e agir dos alunos é que será construída uma cidadania plena. Ou seja, enquanto ambos tiverem a mesma capacidade limitada de pensar os conceitos do mundo, o ensino ficará precarizado.

Quando perguntado para os professores se eles contribuem para a oferta de uma educação que efetivamente prepare os educandos para exercer sua cidadania no Brasil e no mundo, as respostas foram na seguinte direção:

Fazemos trabalhos interdisciplinares. Há um currículo que direciona ou cobra esta discussão. Também a partir de questionários do próprio aluno (professora de português, escola de Brasília)

Mediante a execução de projetos que visam inserir os alunos no mercado de trabalho e serem questionadores diante dos desafios e problemas da sociedade. (professor de química, escola de Brasília)

É na escola onde os alunos mais aprendem os valores, os conceitos políticos, as culturas, se o professor não souber ensinar esse aluno, isso tudo se torna em vão, Pellegrin (2005) afirma que os educadores precisam “aprender a pensar” a prática educativa, como requisito para a formação da cidadania.

Embora alguns elementos das falas dos professores não façam muito sentido, outros revelam uma tentativa de pensar, a partir da própria prática, quais as atividades que se mostram mais eficazes no trabalho voltado para o desenvolvimento da cidadania. Para os professores a promoção da cidadania se dá através das disciplinas, projetos e leituras. Vejamos:

Não há escola que não trabalhe com a cidadania, pois a própria escola e ambiente é para a vivência escolar do indivíduo. Todos os projetos são voltados para a prática da cidadania. (Gestora da escola de Brasília)

Através de projetos que visam inserir os alunos na busca de suas idéias e no enfrentamento dos seus desafios. Projeto do júri simulado. (Professor de química, da escola de Brasília)

Para Freitag (2005) a escola é uma instituição estratégica que dentro da sociedade civil desempenha de forma mais direta a função de reproduzir a força de trabalho e as relações de produção. Para ela, a escola é uma ascensão social e de democratização de oportunidades. Já para Vieira (2009) uma das características da educação brasileira é a desigualdade na distribuição da oferta de oportunidades. Desigualdade que é apontada pelos professores como um dos desafios das políticas públicas. Podemos observar nas falas a seguir que os professores desaprovam essa educação de números que o Estado impõe ao aluno e a sociedade:

É que o estado, ou seja, os governantes adotem políticas publicas para favorecer o aprendizado e parem com as politicagens sujas, onde o aluno é um número. (Professor de matemática, escola entorno)

E realmente se preocupar com a educação, não fazer política apenas para aprovar ou reprovar o aluno, mas sim se preocupar com o aprendizado do cotidiano. (Gestor, escola do Entorno)

Essas verbalizações surgiram quanto lhes foi perguntado sobre os maiores desafios e as prioridades das políticas educacionais. De fato, os professores têm razão em criticar as políticas avaliativas que estão preocupadas apenas com os números. O

Brasil tenta implantar todo tipo de avaliação para melhorar o nível de educação nacional, porém fracassa no seu objetivo.

Em síntese, o grupo de professores e gestores mostra um posicionamento superficial em relação as práticas voltadas para a formação cidadã, suas falas demonstram uma preocupação com as políticas públicas, mas não conseguem ao mesmo tempo definir quais são as práticas educacionais que utilizam para a formação de alunos cidadãos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar a concepção de gestores, professores e alunos da educação básica acerca do conceito de cidadania e descrever as atividades pedagógicas presentes nas escolas campo de pesquisa a fim de discutir a oferta de uma educação capaz de preparar os educandos para o exercício pleno de sua cidadania.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) determina que a educação nacional tenha como uma de suas finalidades primordiais preparar o indivíduo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988; LDB 1996).

De acordo com os dados obtidos nesta pesquisa e a análise feita a partir deles, fica claro que os alunos participantes do estudo os alunos mostraram uma interpretação significativa em relação a concepção cidadania, embora a maioria não avance com relação ao conceito disseminado no senso comum, o que também acontece com os professores e gestores.

Na visão dos estudantes a escola precisa melhorar o processo de ensino e aprendizagem que os orientam para uma formação cidadã. De fato, a escola necessita trabalhar a construção de atitudes cidadãs de modo mais sistemático ajudando os alunos a desenvolver uma consciência crítica. Para essa formação ocorrer é necessário quebrar paradigmas, romper com essa leitura superficial do mundo. Isto é, os professores

necessitam de políticas públicas de formação inicial e continuada para que eles possam ter um conhecimento técnico suficiente e sejam capazes de orientar seus alunos

Um fato que preocupa tanto nas falas dos alunos como a dos gestores e professores, é a pobreza política, ambos não sabem quem oferta essa educação capitalista da empregabilidade que eles recebem, uma educação que não contribui para o desenvolvimento de um cidadão pleno.

Foi possível concluir que a cidadania nas duas escolas pesquisadas é um assunto pouco discutido e com poucas ações pedagógicas. Os alunos e os professores não conseguem descrever com precisão projetos voltados para o fortalecimento de uma educação cidadã.

Para que esse cenário mude é necessário que a formação dos educadores seja continuada e de qualidade, é necessário primeiro educar esses profissionais para exercer o papel de cidadão, para que depois sejam capazes de formar outros cidadãos, de forma a desenvolver neles o senso de ética, de democracia, uma visão crítica da realidade que os cerca, tornando os seus alunos pessoas ativas no cumprimento dos deveres, na resolução de problemas sociais, e na fiscalização de seus direitos.

Vale evidenciar, finalmente, que essa pesquisa abre outras oportunidades de estudos tanto no ambiente escolar, a partir da análise de documentos, como no tocante às políticas públicas, lançando olhar mais preciso sobre os as influências externas na elaboração de nossas políticas, ou sobre o impacto da globalização neocolonial.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 10. ed São Paulo, SP: Cortez, 1984.

ARENDT, Hannah. **Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954** . Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

ARROYO, Miguel et ali. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 6a.ed., São Paulo: Cortez, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Secretária de Educação. **Fundamental Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais,Ética.vol. 10.** Brasília: MEC/SEF, 1997, 146 pag.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em<w.mec.gov.br>. Acesso em: 17 Fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 135 p.
(Orientações curriculares para o ensino médio ; volume 2)

COUTINHO, Maria de Fátima Goulart; BARROS, Ricardo do Rêgo. **Adolescência: uma abordagem prática.** São Paulo, SP: Atheneu, 2001

CORTI, Ana Paula. et ali. **Que Ensino Médio Queremos?** Guia Para A Realização De Gru Pos De Diálogo. Ação Educativa. São Paulo, julho de 2007.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania.** 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995. 78

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Introdução a história da filosofia**: Dos pré-socráticos a aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994

CHAER, Galdino. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 4.ed São Paulo: Cortez Editora e Livraria Ltda., 1989.

DALE, Roger. **A sociologia da educação e o estado após a globalização**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out.-dez. 2010

DEMO, Pedro. **Saber pensar**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania**: Uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 12.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 7. ed., rev. São Paulo, SP: Centauro, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 5. ed São Paulo: Cortez Editora e Livraria Ltda., 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed São Paulo, SP: Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2003.

GONÇALVES, Aline Leal. **A cidadania na educação infantil : perspectivas políticas e práticas pedagógicas em instituições privadas**. Brasília, 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012

GUIMARAES-IOSIF, Ranilce. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil: impedimentos para a cidadania global emancipada**. Brasília , DF: Liber Livro, 2009.

GUIMARÃES-LOSIF, Ranilce (Coord.). **Política e governança educacional: contradições e desafios na promoção da cidadania**. Brasília, DF: Editora Universa, 2012.

KLEIN, R. **A boa escola**. O Globo, Rio de Janeiro, p. 7, 31 mar. 2005

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. **A escola e a formação da cidadania ou para além de uma concepção reprodutivista**. *Psicol. cienc. prof.* v.9 n.3 Brasília 1989.
Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98931989000300007&script=sci_arttext> Acesso em: 27 Fev. 2014

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANHAS, Cleomar. **A luta pelo direito à educação no Brasil e os desafios da educação popular**. EM: GUIMARÃES-LOSIF, Ranilce (Coord.). **Política e governança educacional: contradições e desafios na promoção da cidadania**. Brasília, DF: Editora Universa, 2012.

MARSHALL, T. H.; PORTO, Walter Costa. (Ed.). **Cidadania e classe social**. Brasília, DF: Senado Federal, 2002. ed. Porto, Walter Costa. 70 p. (Coleção leituras sobre a cidadania).

MORAES, Reginaldo C. de. **Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

MOZZATO, Anelise Rebelato. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados**

Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011.

MULLER, Fernanda. **Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças**. Educar, Curitiba, Editora UFPR, n. 32, 2008.

NEVES, Dêner Geraldo Batista. **Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a formação de valores na concepção dos educadores**. Brasília, 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013.

NOGUEIRA, Maria lize. **Fronteiras Desafiadas: A Internacionalização Das Experiências Escolares**. **Educ. Soc., Campinas, vol. 29**, n. 103, p. 355-376, maio/ago. 2008

PAIXÃO, Divaneide L. L. **Adolescência e direitos humanos no contexto de uma sociedade violenta: Um estudo de Representações Sociais**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PAIXÃO, Divaneide L L; .SANTOS, Fernanda M.; SILVA, Rogério S. **A Relação Entre Educação e Cidadania na Formação de Professores: Alguns Elementos de Reflexão**. XI EDUCERE e II SIRSSE e IV SIPD-Cátedra Unesco. 2013

PAIXÃO, Gleice Aline Miranda da. **Escola democrática: a participação dos alunos na gestão financeira da escola.** 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012

PELLEGRIN, Fátima Inês Tatto De. **O educador: além de professor, filósofo da educação e líder da transformação social.** Revista Eletrônica. Fórum Paulo Freire. Ano 1 – Nº 1. Julho, 2005.

REDIN, E. (1998). **O espaço e o tempo da criança: Se der tempo, a gente brinca!** Porto Alegre: Mediação

SILVEIRA, Flavia Furtado Rainha. **As representações sociais dos surdos e a construção das suas identidades.** 2009, 422 f. Tese (doutorado)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SHULTZ, Lynette. **Governança global, neocolonialismo e respostas democráticas para políticas educacionais.** EM: Ranilce Guimarães-Iosif. Política e governança educacional: contradições e desafios na promoção da cidadania. Universa. Brasília. 2012

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: política e gestão da escola.** Brasília, DF: Liber Livro, 2009